



CLIPPING



20 de
AGOSTO
2021

ALTO RIO GUAMÁ

MPF denuncia crimes ambientais

JOÃO THIAGO DIAS
DA REDAÇÃO

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou nove pessoas por crimes ambientais praticados no interior da Terra Indígena Alto Rio Guamá, no nordeste do Pará. Os acusados vão responder pelos crimes de desmatamento ilegal em terras públicas, receptação de produtos de crime, por operar serrarias ilegais dentro da área indígena e por formação de quadrilha. As penas somadas podem chegar a 15 anos de prisão, multa e pagamento pelos danos ambientais provocados.

Foram apresentadas à Justiça Federal de Paragominas oito denúncias criminais contra essas nove pessoas. Uma delas envolve dois denunciados.

Todos foram investigados pela Polícia Federal em inquérito policial que resultou em duas operações: Embaúba 1, em setembro de 2020; e Embaúba 2, em maio de 2021.

Nas operações, buscas e apreensões e interceptações telefônicas comprovaram a participação dos acusados nas atividades ilegais dentro da terra indígena. Pelo menos oito serrarias eram operadas pela quadrilha de madeireiros e eles usavam empresas de fachada para manter os negócios ilegais enganando os órgãos de fiscalização. Desde 2016, todas as serrarias cadastradas na cidade de Nova Esperança do Piriá haviam sido excluídas dos sistemas de produtos florestais por causa das ilegalidades, mas segui-

ram funcionando até pelo menos maio de 2021.

“Observou-se que, apesar dos mandados judiciais expedidos, a atividade madeireira na região manteve o ritmo, com a continuidade, também, da extração dentro da Terra Indígena Alto Rio Guamá, sendo que algumas serrarias só trocaram de proprietário”, relata uma das denúncias do MPF. As investigações mostraram que os acusados usavam meios para evitar as fiscalizações, provocavam confusão patrimonial, com atividade comercial desordenada, compartilhando máquinas, infraestrutura e até recursos humanos, o que dificultou o desmantelamento da quadrilha.

“Conforme apuradas nas investigações, os in-

vestigados associaram se, de maneira livre e consciente, com o objetivo de realizar o desmatamento, a exploração econômica e a comercialização de madeira extraída da Terra Indígena Alto Rio Guamá, no município de Nova Esperança do Piriá/PA, através de serrarias clandestinas, já que não possuem nenhum tipo de autorização dos órgãos ambientais, para obter vantagem pecuniária. Com efeito, partir da análise dos materiais apreendidos, bem como das interceptações telefônicas, percebe-se a patente ligação e unidade de desígnios entre todos os investigados na prática de atividade madeireira ilegal na região de Nova Esperança do Piriá/PA”, dizem as denúncias apresentadas à Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



PODER
JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Pará



LANÇAMENTO



Lançamento do livro
"Tratando direito de Direitos"
de autoria do
Desembargador Milton Nobre.

Data: 26 de agosto de 2021 (quinta-feira)

Hora: 11h

Local: Salão Nobre do Edifício-Sede do TJPA
Av. Almirante Barroso, 3089. Bairro: Souza

Mais Informações:

(91) 3205-3202

(91) 3205-3712

Apoio



GRUPO LIBERAL

O evento ocorrerá de acordo com as normas de segurança indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Capacitação do "Defenda-me" foi aberta ontem em Belém
FOTO: WAGNER ALMEIDA

Programa quer garantir procuradorias no Pará

MULHER

Denilson D'Almeida

Lançado ontem (19), pelo Núcleo de Enfrentamento e Prevenção à Violência de Gênero (Nugen) da Defensoria Pública do Estado, o programa 'Defenda-me' segue capacitando deputadas estaduais, prefeitas e vereadoras para que elas atuem na criação e implantação de Procuradorias Municipais da Mulher Paraense. A iniciativa é para efetivar a Lei Maria da Penha em todo território paraense, garantindo o acolhimento e a ampliação da rede de proteção da mulher vítima de violência doméstica. A capacitação segue ao longo de toda esta sexta-feira (20), no auditório Aloysio da Costa Chaves, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região do Pará e Amapá (TRT8).

Estiveram na mesa de abertura a presidente em exercício do TRT8, desembargadora Maria Valquíria Norat; a presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), desembargadora Luzia Nadja; as deputadas estaduais Nilse Pinheiro (Republicanos), procuradora da Especial da Mulher na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), e Marinor Brito (Psol), titular da frente parlamentar feminina da Alepa. Foram estas mulheres e mais o defensor público geral do Estado, João Paulo Lédo, único homem na mesa, que abriram os trabalhos de capacitação.

Em Jacundá, no sudeste do Estado, por exemplo, a procuradoria foi criada em 2018, mas ainda não começou a ter funcionalidade. A criadora do projeto, a vereadora Raylane Soares (PSD), espera, a partir da capacitação do Defenda-me, conseguir colocar em prática a rede de proteção à mulher vítima da violên-

cia. "Foi aprovada a criação, mas ainda enfrento dificuldades para fazê-la funcionar. O município tem a Secretaria da Mulher, mas precisamos trabalhar de forma conjunta", ressaltou.

Segundo a vereadora, existe um desinteresse dos demais integrantes da Câmara Municipal em assumir um papel de atuação para o funcionamento. "Tenho tentado estabelecer um diálogo, mas enfrento dificuldades, há uma certa indiferença", citou.

A coordenadora do Nugen, Larissa Machado, explicou que o programa Defenda-me tem um foco especial para as bancadas femininas nas Câmaras Municipais. "Precisamos capacitar as pessoas e dar a elas uma bagagem para que defendam e criem a Procuradoria da Mulher em seus municípios. Vamos abordar vários temas relacionados a todos os tipos de violências de gênero para que essas procuradorias, depois de criadas e implantadas, possam garantir o atendimento e o acolhimento da mulher vítima de qualquer tipo de violência", disse a defensora pública.

A desembargadora Maria Valquíria Norat (TRT8) destacou que são várias as violências que as mulheres sofrem no cotidiano, inclusive no ambiente de trabalho. "O TRT8 está junto com a Defensoria Pública na luta pela defesa da mulher", frisou.

A desembargadora do TRE-PA, Luzia Nadja, ressaltou que a corte tem dialogado com as lideranças femininas justamente para fortalecer a importância do papel da mulher na sociedade. "Precisamos construir um Brasil para todos, com respeito entre todos. E que bom que a defensoria pública do Estado do Pará tem um homem que abraçou a causa da Mulher", exaltou a magistrada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



PODER
JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Pará



LANÇAMENTO



Lançamento do livro
"Tratando direito de Direitos"
de autoria do
Desembargador Milton Nobre.

Data: 26 de agosto de 2021 (quinta-feira)

Hora: 11h

Local: Salão Nobre do Edifício-Sede do TJPA
Av. Almirante Barroso, 3089. Bairro: Souza

Mais Informações:

(91) 3205-3202

(91) 3205-3712

O evento ocorrerá de acordo com as normas de segurança indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Apoio:

Diário do Pará

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ACUSADOS ESTAVAM ESCONDIDOS NO INTERIOR MÃE E FILHO SÃO PRESOS

Policiais civis colocaram atrás das grades Luiz Henrique Ferreira de Freitas e Adriana Ferreira de Freitas, em Salinópolis, nordeste do Pará. O homem era procurado por homicídio contra um ex-policial militar

MANDADOS DE BUSCA

JR Avelar

Uma equipe da Delegacia de Homicídios Metropolitanos se deslocou ontem até o município de Salinópolis, nordeste do Pará, para cumprir dois mandados de prisões temporárias e buscas e apreensões domiciliares.

Os policiais da DHM, com apoio da Divisão de Homicídios, deflagraram a fase ostensiva da operação Arpo na cidade de Salinópolis, culminando com a execução de dois mandados de buscas e apreensões domiciliares e mais dois mandados de prisões temporárias contra Adriane da Silva Maia e Luiz Henrique Ferreira de Freitas.

Os mandados foram expedidos pela comarca do Juri de Ananindeua se referindo aos autos do inquérito policial que apura as circunstâncias do crime de homicídio que foi vítima o ex-policial militar, Antonio Rogério Pereira de Oliveira, crime ocorrido no dia 6 de janeiro deste ano, no bairro do Icuí-Guajará.

Em um dos imóveis que estavam na lista dos mandados foi localizado o casal alvo da operação e apreendida grande quantidade em dinheiro e diversos aparelhos celulares. Já na outra residência foi apreendida uma quantidade de entorpecentes, bem como material para sua confecção.

Neste imóvel estava a senhora Adriana Ferreira de Freitas, mãe de Luiz Henrique Ferreira de Freitas, razão pela qual foi presa e autuada em flagrante delito pelo crime de tráfico de drogas.

Segundo o inquérito policial, as investigações durante o curso do procedimento conseguiram elementos informativos que apontaram para a participação deles, que ficaram encarregados de atrair a vítima para o local onde sofreu uma emboscada, sendo alvejada por disparos de arma de fogo que o levaram à morte.

Após a identificação dos suspeitos, o delegado responsável pelo inquérito representou pela prisão preventiva de mãe e filho, que após o delito se esconderam em Salinópolis e com o pedido deferido a Polícia Civil cumpriu os mandados, encaminhando os presos para o Sistema Penal.



Os detidos também foram flagrados com drogas na residência onde viviam nos últimos meses
FOTOS: DIVULGAÇÃO



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ATRÁS DAS GRADES ACUSADO DE ROUBO E MORTE

Suspeito de envolvimento em um crime ocorrido na cidade de Castanhal, nordeste do Pará, Walber Castro Amorim foi preso

LATROCÍNIO

Tiago Silva
DE CASTANHAL

A Polícia Civil, por meio da Divisão de Homicídios do município de Castanhal, região nordeste paraense, na manhã de ontem, deu cumprimento ao mandado de prisão preventiva em desfavor de Walber Castro Amorim, segundo suspeito de envolvimento em um latrocínio, que é o roubo seguido de morte, em que teve como vítima Jean Luiz de Souza Melo, 44. O crime aconteceu no dia 7 de abril deste ano, no conjunto Rouxinol, área do bairro Jaderlândia, na Cidade Modelo.

De acordo com as investigações da Polícia Civil, Jean era proprietário de um imóvel e há alguns meses havia alugado-o para um homem, identificado como Jhonatan. No dia do crime, Jhonatan enviou uma men-

sagem para que Jean fosse até o imóvel receber o valor referente ao aluguel. Ao chegar em uma motocicleta, Jean notou algo de estranho e tentou dar a volta no quarteirão, mas foi surpreendido na rua dos fundos, sendo atingido por disparos de arma de fogo e morreu no local.

Na ocasião, o veículo da vítima foi subtraído e posteriormente recuperado, o que possibilitou a identificação dos acusados. O primeiro a ser preso foi Jhonatan, que se encontra custodiado no Centro de Recuperação de Castanhal (CRCAST).

Walber Castro Amorim era o último suspeito em liberdade e agora também está recolhido em uma casa penal à disposição da Justiça. Na mesma oportunidade, foi dado o cumprimento de outro mandado de prisão preventiva em desfavor de Walber, processo no qual figura como suspeito de roubo majorado, crime também praticado em Castanhal.



O criminoso era o último acusado em liberdade. O caso foi registrado no mês de abril deste ano, no bairro Jaderlândia. FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPF denuncia 9 envolvidos com serrarias ilegais dentro de terra indígena no Pará

Acusados devem responder por desmatamento ilegal em terras públicas, receptação de produtos de crimes, operação de serrarias ilegais dentro da área indígena e formação de quadrilha.

Por G1 PA — Belém

19/08/2021 13h47 Atualizado há 21 horas



Serraria clandestina dentro de terra indígena no Pará. — Foto: Reprodução / MPF

Nove pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Federal (MPF) por crimes ambientais praticados dentro da Terra Indígena Alto Rio Guamá, em **Nova Esperança do Piriá**, nordeste do Pará.

Segundo o MPF, os acusados devem responder pelos crimes de desmatamento ilegal em terras públicas, receptação de produtos de crimes, por operar serrarias ilegais dentro da área indígena e por formação de quadrilha. As penas somadas

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

podem chegar a 15 anos de prisão, multa e pagamento pelos danos ambientais provocados.

As denúncias criminais foram apresentadas à Justiça Federal de Paragominas. Os denunciados são:

- Antonio Jhonn Maik Pereira Almeida,
- Luismar Oliveira Silva,
- Francisco Kyldare Gomes de Melo,
- Ivaldo Barros Dias,
- Ademir Freitas Nunes,
- Manoel Claudemir Costa dos Santos,
- Francisco Costa de Sousa,
- Raimundo Nonato Lisboa dos Reis
- e Pompeu Jorge Lisboa dos Reis.

Segundo o MPF, todos foram investigados pela Polícia Federal em inquérito policial que resultou nas operações "**Embaúba 1**", realizada em setembro de 2020, e "Embaúba 2", em maio de 2021.



Operação conjunta desarticula madeireiras que extraíam madeira da Terra Indígena do Alto Rio Guamá — Foto: Divulgação/ Polícia Federal

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O órgão informou que, nas operações, buscas e apreensões e intercepções telefônicas comprovaram a participação deles nas atividades ilegais dentro da terra indígena.

Ao menos oito serrarias eram operadas pela quadrilha de madeireiros, que usavam empresas de fachada para manter os negócios ilegais enganando os órgãos de fiscalização, ainda segundo o MPF.

Desde 2016, todas as serrarias cadastradas na cidade de Nova Esperança do Piriá haviam sido excluídas dos sistemas de produtos florestais por causa das ilegalidades, mas seguiram funcionando até pelo menos maio de 2021, conforme a denúncia.

No documento, o MPF cita que "apesar dos mandados judiciais expedidos, a atividade madeireira na região manteve o ritmo, com a continuidade, também, da extração dentro da Terra Indígena Alto Rio Guamá, sendo que algumas serrarias só trocaram de proprietário".

As investigações mostraram, ainda, que os acusados usavam meios para evitar as fiscalizações, provocavam confusão patrimonial, com atividade comercial desordenada, compartilhando máquinas, infraestrutura e até recursos humanos, o que dificultou o desmantelamento da quadrilha.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

JUSTIÇA

Caso Andreza: familiares e amigos da policial realizam protesto para pedir prisão de suspeito

20 AGO 2021 - 10H34 ATUALIZADO 20 AGO 2021 - 11H23 POR WESLEY COSTA RABELO



Crédito: Reprodução/ Redes Sociais

Familiares e amigos da cabo da Polícia Militar, Andreza Maria da Silva Araújo, de 39 anos, realizaram um ato na manhã desta sexta-feira, 20, em frente ao Fórum Criminal de Ananindeua, para pedir justiça e prisão do principal suspeito da morte da policial o ex-companheiro de Andreza o soldado da PM F. Santos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O crime, que completará um ano no dia 15 de setembro, ainda está sendo investigado pelas autoridades.

Uma reconstituição do dia do crime foi realizada pelo Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPCRC), no dia 19 de abril deste ano. De acordo com laudo inicial das investigações o tiro que matou a PM partiu da arma do próprio marido dela.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

DECISÃO

Justiça revoga liminar que garantia reintegração de posse em área do Aeroporto de Itaituba

20 AGO 2021 - 07H23 ATUALIZADO 20 AGO 2021 - 07H25



Crédito: Reprodução/Giro Portal

A justiça revogou na quinta-feira, 19, a liminar que determinava a reintegração de posse de uma área do aeroporto do município de Itaituba, sudeste paraense, após a Procuradoria da Prefeitura apresentar documentos que comprovam a legitimidade da área como patrimônio público da união para funcionamento do aeroporto municipal. Na sentença, o juiz Jacob Campos Farache, titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaituba, determinou que a área que compreende o aeroporto seja respeitada e qualquer ameaça de posse seja rejeitada.

Conforme decisão judicial, a liminar foi revogada em consideração as

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

justificativas apresentadas pela prefeitura sobre os prejuízos causados na segurança operacional do aeroporto, pois, houve rompimento da cerca de proteção do aeródromo e a colocação de estacas por pessoas não autorizadas, em desconformidade com os padrões e resoluções da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), tendo como consequência imediata a suspensão das atividades do aeródromo para pousos e decolagens. Na ocasião, vários voos regulares foram cancelados, inclusive aviões aeromédicos com pacientes oriundos de outros municípios para internamento no Hospital Regional do Tapajós (HRT), foram impedidos de pousar na pista devido a falta de segurança.

O aeroporto de Itaituba funciona nessa área, às margens da Rodovia Transamazônica, no KM 5, há mais de 40 anos e a prefeitura é responsável por administrar o setor aeroportuário e possui todas as documentações necessárias que comprovam o município como gerenciador do patrimônio que pertence à União, conforme informou a Prefeitura.

Após Sentença de Revogação da Liminar, a prefeitura deve aguardar os procedimentos técnicos das autoridades da aviação civil, para autorizar o retorno das operações de pousos e decolagens no aeroporto municipal.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem com tornozeleira eletrônica é encontrado morto em Marituba

Corpo foi descoberto por moradores próximo da Alça Viária

O Liberal

19.08.21 18h28



Um corpo foi achado no final da tarde desta quinta-feira, 19, em Marituba, município da Região Metropolitana de Belém. Segundo informações da Guarda Civil Municipal, moradores de uma área que fica próxima da Alça Viária encontraram o cadáver e acionaram o órgão. A vítima trazia uma tornozeleira de monitoramento eletrônico do sistema prisional, e foi por meio da numeração do aparelho que se chegou à identidade do homem: Igor Amaral de Athaide, de 28 anos.

A Guarda Municipal foi acionada por volta das 17h30 e foi até o local indicado pelos populares, a passagem São Cristóvão, no bairro Uriboca, que tem acesso

pela rodovia PA-483 (Alça Viária). Depois de averiguar a denúncia, a guarnição requisitou a presença da polícia e de uma equipe do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.

Ainda não se sabe se a vítima foi morta no local ou se foi "desovada" ali, por conta da "lei do silêncio" que impera nas periferias em casos de crimes violentos, ninguém soube dar mais detalhes sobre o crime. Os populares informaram apenas que não conheciam o homem e que ele provavelmente não era morador das redondezas.

Ainda de acordo com a Guarda Municipal, um boletim de ocorrência que comunicava o desaparecimento da vítima foi registrado no último dia 14. No registro, obtido por meio da numeração da tornozeleira, foi constatado que ele era morador do bairro de Águas Lindas, em Ananindeua. Uma busca no sistema do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) apontou que Igor havia sido preso por tráfico de drogas, em ocorrência registrada pela Seccional Urbana da Cidade Nova.

O caso está sendo acompanhado pela Delegacia de Polícia Civil de Marituba.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



INVESTIGAÇÕES

Preso estelionatário que dava golpes imobiliários em Belém

Vinte pessoas foram vítimas do criminoso, que oferecia facilitação na compra de residências junto a um programa do Governo Federal.

quinta-feira, 19/08/2021, 12:46 - Atualizado em 19/08/2021, 12:46
- Autor: **Agência Pará**



O golpista oferecia uma opção de financiamento acessível. | Divulgação/Polícia Civil do Pará

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ouçã esta reportagem

A Polícia Civil do Pará, por meio da Delegacia de Estelionato e Outras Fraudes (DEOF), vinculada à Divisão de Investigações e Operações Especiais (DIOE), deu cumprimento aos mandados de prisão preventiva e busca e apreensão contra um suspeito pelos crimes de estelionato e exercício irregular da profissão. O investigado se apresentava como corretor de imóveis e correspondente de uma agência bancária oferecendo facilitação na aquisição de imóveis junto a um projeto do Governo Federal. Até o momento, aproximadamente 20 pessoas foram vítimas do golpe.

O golpista foi preso nas primeiras horas da manhã desta quinta-feira (19), no bairro do Bengui. De acordo com as investigações, o homem se preparava para mudar de endereço. O criminoso se apresentava às vítimas oferecendo a opção de financiamento com uma parcela inicial entre R\$500,00 e R\$7.000,00, e acreditando na realização de um sonho, as pessoas pagavam os valores solicitados.

PUBLICIDADE

Leia também:

[Surto de covid-19 atinge alunos do Colégio Nazaré em Belém](#)

[Normas: Marabá libera boates, comércio e estádios de futebol](#)

Os recebimentos dos valores ocorriam em espécie ou por meio de contas bancárias de pessoas próximas ao investigado, as quais não tinham participação no crime. Durante a falsa aquisição, as vítimas não recebiam qualquer comprovante de pagamento, apenas preenchiam um documento com a logomarca de uma agência bancária e após a assinatura, ficavam aguardando contato para a entrega do imóvel, o que não ocorria.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo o titular da Delegacia de Estelionato e Outras Fraudes, delegado Fernando Marcolino, com a finalidade de não deixar rastro de suas ações, o investigado não permitia que as vítimas ficassem com cópia do documento preenchido.

"O homem apresentava-se sempre solícito e atencioso para com as pessoas, o que lhe fez convencer os parentes de um anterior relacionamento seu a fornecer contas bancárias para receber os pagamentos das vítimas. Uma destas pessoas, inclusive, figura como vítima do investigado", afirmou o titular da DEOF, delegado Marcolino.

Denúncias

Ao perceberem que haviam sido vítimas de um golpe, cerca de 20 vítimas procuraram a Delegacia Especializada, registrando suas ocorrências e representando criminalmente contra o golpista. A polícia iniciou o trabalho investigativo e, sabendo que o delito continuava sendo praticado, com a finalidade de resguardar o interesse público foi representado por sua prisão preventiva e busca e apreensão com o objetivo de colher mais elementos de prova.

Após a prisão, o homem foi conduzido à Divisão Especializada para procedimentos cabíveis e posteriormente será encaminhado ao sistema penitenciário. Ele responderá pelos crimes de roubo mediante fraude.

"Nosso objetivo com esta ação é de continuar intensificando o combate a crimes de estelionato em todo o estado", concluiu o delegado Marcolino.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br